

#### CONTRATO Nº 20/2020- PMA

CONTRATO DE ASSESSORIA QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICIPIO DE AQUIDABÃ E, DO OUTRO, A EMPRESA SOMAR APOIO E CAPACITAÇÃO A GETÃO PÚBLICA LTDA DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 07/2020.

Pelo presente instrumento particular de Contrato, reuniram-se de um lado o MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ, ESTADO DE SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.000.609/0001-02, com sede à Av. Paraguai, nº 1473, CEP: 49790-000, Centro, na cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, FRANCISCO FRANCIMÁRIO RODRIGUES DE LUCENA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, e o do outro lado a empresa, SOMAR APOIO E CAPACITAÇÃO A GESTÃO PÚBLICA LTDA, empresa sediada na cidade de Aracaju/SE, Av. Doutor Roosewelt Dantas Cardoso de Menezes, Centro de Aracaju/SE nº 962 sala 07 CEP: 49.010-410, inscrita no CNPJ sob. Nº 13.423.503/0001-11, aqui representada por seu Sócio, Marcelo Viera Santos, brasileiro, Casado, portadora do CPF sob o nº 034.048.734-83, RG nº 1.323.873 SSP/SE, reuniram-se para celebrar o presente Contrato, nos termos das Cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 55, I e II da Lei nº 8.666/93).

- 1.1. O presente Contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA, conforme descriminado abaixo.
  - I SICONV Sistema de Gestão de Convênios e contratos de Repasse
    - ➤ Cadastramento de propostas;
    - >Acompanhamento de parecer técnico e complementação de propostas;
    - ➤ Projeto básico/termo de referência;
    - ➤Documentos de licitação;
    - ➤Contratos;
    - ➤Documentos de liquidação;
    - ➤ Pagamento total e parcial;
    - ➤Ordem bancária de Transferência Voluntária OBTV
    - ➤Ordenador de Despesa OBTV;
    - ➤ Cadastramento de credor da transferência voluntária;
    - ➤ Pagamento a fornecedor;
    - ➤ Devolução de Recursos ao Tesouro Nacional;
    - ➤ Retenção de Tributos;
    - ➤ Autorizar movimentação financeira;
    - ➤Classificar ingresso de recurso;







- ➤ Devolução do saldo remanescente OBTV;
- ➤ Registro de ingresso de recurso;
- ➤ Relatórios de execução;
- ➤ Prestação de contas parcial e final;
- ➤Diligências.

II -CAUC/SIAFI

➤ Acompanhamento e Regularidade

III – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

➤ SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle de Obras

## <u>CLAUSULA SEGUNDA – PREÇO e CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Art. 55, III da Lei nº 8.666/93).</u>

- 2.1. Em contraprestação aos serviços previstos na cláusula primeira, obriga-se a CONTRATANTE a pagar a CONTRATADA a importância mensal de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) totalizando o valor global de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).
- 2.2. O pagamento será efetuado mediante a apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, do Certificado de Regularidade com o FGTS e Certidão Trabalhista.
- 2.3. O valor constante nesta cláusula poderá ser reajustado, após o prazo constante na cláusula terceira, mediante acordo formal entre as partes, com base no INPC acumulado no período entre a data de assinatura e a data de eventual prorrogação contratual.
- 2.4. Sem prejuízo do valor acima ajustado, em caso de ajuizamento de demandas em favor do Contratante que se destinem ao incremento de receita, fica estipulado que a Contratada fará jus a honorários "ad exitum", em valor e/ou a ser definido em instrumento especifico sobre o êxito auferido pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO (Art. 55, IV da Lei nº 8.666/93).

3.1. O prazo de vigência do contrato é ate 31 (trinta e um) de dezembro de 2020 (Dois mil e Vinte).

## CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 55, V da Lei nº 8.666/93).

4.1. A despesa prevista na Cláusula Segunda correrá por conta da seguinte dotação, constante do Orçamento para o corrente exercício financeiro:

mil e



17004 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO 2005 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO 33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA

# CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 55, VII da Lei nº

- 5.1. Incumbe a CONTRATANTE:
- 5.1.1. Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação, todas as informações e documentos necessários ao fiel desempenho do
- 5.1.2. Efetuar o pagamento na forma e prazo acordados neste instrumento;
- 5.1.3. Disponibilizar local adequado para acomodação dos profissionais do Contratado na
- 5.1.4. Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 ficará designado o Sr. BRUNO BOMFIM OLIVEIRA com fiscal de contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato. À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

# CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 55, VII, XIII e IX

- 6.1. Incumbe A CONTRATADA:
- 6.1.1. Comparecer ao município, quando necessário, a fim de orientar in loco os serviços decorrentes do presente CONTRATO.
- 6.1.2. Manter durante a execução do contrato, todas as obrigações por ele assumidas na
- 6.1.3. Executar os serviços elencados na Cláusula Primeira do presente contrato, utilizando da boa técnica processual;
- 6.1.4. Cumprir rigorosamente os prazos e encaminhar relatórios acerca dos trabalhos

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 55, VII da Lei nº

- 7.1. A desistência injustificada por qualquer das partes na execução do presente termo, implicará no pagamento de multa na razão de 20% (vinte por cento) do valor contratado, mais as despesas que por acaso se façam necessárias para sua cobrança.
- 7.2. Pode o CONTRATANTE rescindir unilateralmente o presente termo, se ocorrer alguma das hipóteses previstas no Art. 79, I, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba qualquer tipo de indenização para o CONTRATADO.





## CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO (Art. 55, XI da Lei nº 8.666/93).

8.1. O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos da proposta oferecida pelo contratado, bem como ao Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, realizado pelo Município, com base no art. 25, inciso II, em harmonia com o art. 13, inciso III, todos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

### CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO (Art. 55, XI da Lei nº 8.666/93).

9.1. O presente contrato está sendo lavrado nos termos da Lei nº 8.666/93, com as alterações existentes até a presente data, em harmonia com a Legislação Civil Brasileira que disciplina a matéria, ouvindo, nos casos omissos a autoridade superior.

### CLÁUSULA DÉCIMA- DAS DESPESAS

10.1. As despesas oriundas do deslocamento para execução dos serviços para Município diverso de sua sede ou foro contratual, inclusive passagens aéreas, táxi, hospedagem, alimentação, fotocópias, emolumentos, custas e despesas processuais e outras ligadas direta ou indiretamente à prestação do serviço, serão custeadas pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Aquidabã/SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente Contrato.

E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um único e só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os efeitos legais.

Aquidabã/SE, 08 de Janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ
FRANCISCO FRANCIMÁRIO RODRIGUES DE LUCENA
CONTRATANTE

SOMAR APOIO E CAPACITAÇÃO A GESTÃO PÚBLICA LTDA
MARCELO VIERA SANTOS
CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:** 

1. myllena Stepany A. Oliveira 2. gamile Radriques de Maura